



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral

Secretaria Especial de Administração

Diretoria de Tecnologia

Coordenação de Gestão da Segurança da Informação em Meios Tecnológicos

Divisão de Apoio Tecnológico aos Deslocamentos e Eventos Presidenciais - Laboratório

Projeto Básico - Contratação Direta - Aquisição nº 9/2022/LAB-DIDEP/COSIT/DITEC/SA

1. OBJETO

1.1 Aquisição de modem roteador 4G LTE para voz e dados, com LAN Gigabit Ethernet, Wireless LAN IEEE 802.11b/g/n e porta RJ-11 para telefone, desbloqueado para todas as operadoras para apoio tecnológico ao Escalão Avançado (ESCAV) nos eventos presidenciais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 Detalhamento do Objeto:

| Item | Especificação | Código CATMAT | Unidade de Fornecimento | Qtde. | Preço Unitário Estimado | Preço Total Estimado |
|------|----------------------------------|---------------|-------------------------|-------|-------------------------|----------------------|
| 1 | Modem interno 4G com voz e dados | 11398 | UN | 20 | R\$ 697,46 | R\$ 13.949,20 |

* O preço estimado na Planilha Comparativa de Preços (3379208) será o considerado como máximo para aceitação da proposta pela Presidência da República, observadas as exigências contidas neste Projeto Básico.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Os equipamentos a serem adquiridos visam compor os kits de viagem em apoio aos Escalões Avançados (ESCAV's) da Presidência da República, estando esta aquisição justificada nos seguintes critérios:

2.1.1 Necessidade:

2.1.1.1 No âmbito da Presidência da República, o apoio tecnológico aos eventos e deslocamentos presidenciais estão definidas no Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019, Anexo I, que trata das competências da Secretaria-Geral da Presidência da República:

“Art. 21. À Diretoria de Tecnologia compete:

I - planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas com:

(...)

b) o desenvolvimento, a contratação e a manutenção de soluções de tecnologia;

(...)

d) a especificação de recursos, a implementação, a disseminação e o incentivo ao uso de soluções de tecnologia;

(...)

2.1.1.2 Ainda, a Portaria nº 7, de 14 de março de 2018, da Secretaria-Geral da Presidência da República, aprova o Regimento Interno e estabelece:

“Art. 74. À Coordenação de Segurança da Informação em Meios Tecnológicos – COSIT compete:

(...)

III – coordenar as atividades de apoio tecnológico nos eventos e deslocamentos presidenciais;

(...)

Art. 75 – Ao Serviço de Apoio Tecnológico nos Eventos e Deslocamentos Presidenciais – SEDEP compete:

I – Planejar e executar as atividades de apoio tecnológico nos eventos e deslocamentos presidenciais;

(...)

VII – controlar os bens patrimoniais dos eventos e deslocamentos presidenciais no âmbito da Coordenação de Segurança da Informação em Meios Tecnológicos.”

(...)

2.1.1.3 No contexto de suas atribuições, a DITEC provê os recursos tecnológicos necessários para execução das atividades dos integrantes do Escalão Avançado (ESCAV). Dentre esses recursos, são

disponibilizadas links de internet para atendimento ao Presidente da República, à Secretaria de Comunicação (SECOM) e ao Cerimonial da Presidência da República durante os eventos presidenciais.

2.1.1.4 Da mesma maneira, nas viagens com pernoite do Presidente da República, uma central telefônica móvel é incorporada ao material de viagens para garantir a comunicação segura com a Presidência da República. Esta central necessita de ponto de internet e linhas telefônicas para a conexão com a rede pública de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC).

2.1.1.5 Reiteradamente, a equipe técnica da DITEC se depara com dificuldades para conseguir pontos de conexão de internet e linhas telefônicas nos locais destinados ao evento ou ao pernoite do Presidente da República. Esta dificuldade, seja pelo alto custo, dificuldades técnicas e logísticas das operadoras e/ou provedores na região ou pelo fator tempo para contratação de link de internet em acionamento para eventos inopinados que extrapolam o planejamento e montagem da infraestrutura de rede, se torna ocasionalmente um entrave no desenvolvimento dos trabalhos, ao inviabilizar a comunicação entre os integrantes durante os preparativos e do próprio Presidente da República durante o evento.

2.1.1.6 Neste cenário, os modems 4G/LTE disponíveis no mercado, permitem captar o sinal da rede de comunicação celular disponível no local para prover acesso à internet a um ou mais dispositivos, bem como a serviço telefônico.

2.1.2 Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

2.1.2.1 A demanda em comento está consonante com o PETIC e PDTIC e está previsto no Plano Anual de Contratações da Presidência da República, de acordo com os quadros abaixo:

| ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS (PETIC) 2019-2022 | |
|---|--|
| ID | Objetivos Estratégicos |
| OE01 | Entregar soluções de TIC que agreguem valor estratégico para a PR. Desenvolver ações que aumentem a percepção do valor estratégico gerado pela TIC aos órgãos da PR. |
| OE02 | Aumentar o nível de satisfação do usuário de TIC da PR. Aumentar o nível de satisfação dos usuários de TIC da PR, aprimorando o tempo de resposta e o nível dos serviços prestados. |
| OE08 | Promover a inovação e a modernização da infraestrutura e serviços de TIC. Manter os recursos de infraestrutura atualizados, a fim de garantir a continuidade dos serviços de TIC e a disponibilidade dos recursos necessários ao cumprimento das metas institucionais, evitando a obsolescência de equipamentos críticos e a estagnação tecnológica. |
| OE10 | Ampliar a capacidade e a qualidade da entrega dos serviços de TIC. Ampliação da capacidade e qualidade dos serviços de TIC entregues à PR, a fim de proporcionar os recursos tecnológicos necessários para o adequado desempenho das atividades administrativas e finalísticas. |

| ALINHAMENTO AO PDTIC 2021-2022 | | | |
|--------------------------------|--|-----|---|
| ID | Necessidade de TIC | ID | Ação do PETIC associada |
| N09 | Disponibilizar aos usuários da PR recursos e serviços de TIC que aumentem a produtividade e melhorem o desempenho de suas atividades | A34 | Aquisição de componentes diversos para reposição |
| N14 | Aperfeiçoar os recursos e serviços de TIC utilizados nas missões presidenciais | A41 | Modernizar o parque tecnológico utilizado nas missões presidenciais |

| ALINHAMENTO AO PGC/PAC 2022 | | | |
|-----------------------------|----------------|------------|----------------|
| Item | Descrição | Quantidade | SEI |
| 1482 | MODEM ROTEADOR | 20 | <u>3305084</u> |

2.2 Especificações técnicas mínimas exigidas:

2.2.1 Visando atender a competência regulamentar da DITEC de prover ponto de internet e linhas telefônicas para a conexão com a rede pública de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) é pretendido o seguinte item com suas respectivas especificações mínimas:

| Equipamento | Especificações | Restrições |
|--|---|--|
| Modem roteador 4G LTE para voz e dados, com LAN Gigabit Ethernet, Wireless LAN IEEE 802.11b/g/n e porta RJ-11 para telefone, desbloqueado para todas as operadoras | Tecnologia / Frequências: 4G - LTE: 700, 1800, e 2600 MHz; 3G - UMTS: 850 e 2100 MHz; 2G - GSM GPRS EDGE: 850, 900, 1800 e 1900 MHz; Desbloqueado para todas as operadoras de telefonia; Slot para Chip Sim Card; Roteador portátil com Wi-Fi 802.11 b/g/n 2.4GHz, desejável 5GHz; Mínimo de 30 usuários simultâneos via Wi-Fi; Velocidade de download mínima de 50 Mbps; Porta LAN Ethernet 10/100Mbps RJ45; Porta Telefone RJ11; Antena Removível; Entrada para antena externa (rural); Fonte de alimentação externa bivolt. | Desbloqueado para todas as operadoras de telefonia; Slot para Chip Sim Card |

2.3 Quantitativo:

2.3.1 Pretende-se com este projeto, a aquisição de 20 (vinte) modems roteador 4G LTE para voz e dados, conforme especificações contidas neste Projeto Básico, visando prover ponto de internet e linhas telefônicas para a conexão com a rede pública de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), utilizados durante os eventos presidenciais.

3. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

3.1 Da exigência de amostra:

3.1.1 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pela documentação apresentada, a empresa classificada em primeiro lugar deverá apresentar amostra, sob pena de não aceitação da proposta.

3.1.1.1 A amostra deverá ser entregue, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação do órgão, no seguinte endereço: Almoxarifado Central da Presidência da República, situado na Avenida N2, Palácio do Planalto, CEP 70150-900, Brasília-DF.

3.1.1.1.1 A amostra deverá estar identificada da seguinte maneira:

- a) Número da Dispensa de Licitação ou Cotação Eletrônica;
- b) Número do item;
- c) Nome da empresa.

3.1.2 A análise das amostras consiste na avaliação das condições mínimas de apresentação do bem, conservação das embalagens e demais requisitos previstos na legislação vigente para a industrialização e embalagem, caso existente. Também serão verificadas as demais exigências inerentes à descrição de cada bem objeto do Projeto Básico:

- a) Não serão aceitos bens que apresentem vestígios de violação da embalagem original do fabricante ou que fujam do padrão de segurança exigido para esse tipo de material.

b) Todas as especificações serão aferidas de acordo com a metodologia de análise da amostra descrita no item 3.2. Será impugnado o bem que não atenda a quaisquer das especificações descritas neste Projeto Básico.

3.1.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Administração, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Projeto Básico, a proposta será recusada.

3.1.4 Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da amostra e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico.

3.1.5 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

3.1.6 A equipe técnica responsável pela análise emitirá relatório técnico especificando as razões de sua decisão quanto à aprovação ou não das amostras apresentadas.

3.1.7. As amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

3.1.8 A critério da Administração, a amostra aprovada poderá ser contabilizada como unidade fornecida.

3.1.9 As empresas deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

3.2 Da metodologia de análise da amostra:

3.2.1 A amostra será analisada em relação a cada uma das especificações da seguinte forma:

3.2.1.1 Serão realizados testes para verificar se as bobinas primária e secundária estão em curto circuito ou em aberto;

3.2.1.2 Serão realizados testes de conversão de tensão elétrica de 220v para 110v e de 110v para 220v;

3.2.1.3 Serão realizados testes de alimentação elétrica utilizando os itens de prova recebido como amostra para munir os equipamentos mencionados no item 2.1.1.4;

3.2.1.4 O equipamento será pesado em balança digital juntamente com todos os itens necessários para o seu funcionamento;

3.2.1.5 O equipamento terá suas medidas aferidas utilizando-se o sistema métrico decimal;

3.2.1.6 Serão verificadas se as tomadas estão de acordo com o padrão NBR14136.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1 O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Solicitação de Fornecimento, em remessa única, no Depósito de Patrimônio/DIPAT/COMAP da Presidência da República, situado na Avenida N2, Palácio do Planalto, CEP 70150-900, Brasília-DF, em horário das 08h30 às 11h30 e das 14h às 17h30, telefones (61) 3411-3103, 2859 ou 3915.

4.2 Os bens serão recebidos provisoriamente por responsável pelo acompanhamento e recebimento da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta.

4.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3.1 Caberá à empresa fornecedora arcar com as despesas de embalagem e frete dos bens a serem fornecidos.

4.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 7 (sete) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante Termo de Recebimento Definitivo.

4.4.1 Na hipótese da verificação, a que se refere o subitem anterior, não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.6 Os bens deverão ser entregues acondicionados em embalagem própria, preferencialmente em material reciclável, com o menor volume possível, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.7 A garantia dos bens será de, no mínimo 12 meses, a contar da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 São obrigações da Contratante:

5.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico.

5.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

5.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

5.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada.

5.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada nas condições, preços e prazos pactuados.

5.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes neste Projeto Básico, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Projeto Básico, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de garantia ou validade.

6.1.1.1 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

6.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos.

6.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

6.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.1.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7 SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1 Nos termos do Art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, a entrega dos bens será acompanhada e fiscalizada por representante(s), anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente, quando for o caso.

9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4 O representante da Contratante deverá comunicar à Contratada por escrito, quanto à Política de Segurança da Informação da Secretaria de Administração e suas normas complementares, para ciência e para que se responsabilize por todas as providências e deveres estabelecidos.

10. PAGAMENTO

10.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura, contendo o detalhamento do objeto fornecido, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

10.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do Art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comprovada a existência de qualquer irregularidade ou inadimplemento pelo qual possa ser responsabilizada a Contratada, esta, resguardados os procedimentos legais pertinentes, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação vigente, poderá sofrer as seguintes sanções:

11.1.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Administração;

11.1.2 Multa moratória de 0,33% (zero virgula e três por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

11.1.3 Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.1.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.1.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.1.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.2 Também ficam sujeitas às penalidades do Art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

11.2.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.2.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;

11.2.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.3 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.4 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.5 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. VALOR ESTIMADO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 O valor total da aquisição está estimado em R\$ 13.949,20 (treze mil, novecentos e quarenta e nove reais e vinte centavos).

12.2 Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

12.3 A despesa decorrente desta contratação está programada em dotação orçamentária, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022 - Tesouro Nacional - Fonte 100.

13. TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

13.1 Será emitida Nota de Empenho como Instrumento Equivalente para a aquisição em tela.

14. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

14.1 O item a ser adquirido encontra-se contemplado no Plano Anual de Contratação, sob o item 212, conforme Relatório PAC ([3305084](#)).

À consideração superior.

Brasília, 26 de maio de 2022.

| | | |
|---|--|---|
| <p>EDSON FLORIANO DE SOUSA JUNIOR Coordenador Matrícula SIAPE: 2406980 Integrante Requisitante</p> | <p>MICHAEL GUANIERY TOMÉ DE ARAUJO Assistente Matrícula SIAPE: 3089056 Integrante Técnico</p> | <p>DANIELLE PEREIRA DE SOUSA LANDAHL Assistente Matrícula SIAPE: 4574019 Integrante Administrativo</p> |
|---|--|---|

De acordo. Encaminha-se ao Diretor de Tecnologia para análise, aprovação e encaminhamento.

EDSON FLORIANO DE SOUSA JUNIOR

Coordenador de Gestão da Segurança da Informação em Meios Tecnológicos

a) Autorizo a aquisição constante deste processo, **de acordo com o disposto no art. 1º da Portaria SA SG nº 64, de 6 de agosto de 2020.**

b) Encaminhe-se à Diretoria de Recursos Logísticos para providências.

BRUNO PEREIRA PONTES

Diretor de Tecnologia
Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Michael Guaniery Tomé de Araujo, Assistente (GR IV)**, em 26/05/2022, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Danielle Pereira de Sousa Landahl, GSISTE NS**, em 26/05/2022, às 13:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Edson Floriano de Sousa Júnior, Coordenador(a)**, em 26/05/2022, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Pereira Pontes, Diretor(a) substituto(a)**, em 27/05/2022, às 08:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3379237** e o código CRC **ED3DAEBD** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 00094.000175/2022-39

SEI nº 3379237

Criado por giovanegs, versão 9 por giovanegs em 26/05/2022 11:05:23.